

# Questão ambiental, políticas públicas e agricultura: disputas e projetos para a agricultura familiar brasileira

Resultado de investigação realizada

Grupo de Trabalho 15  
Meio Ambiente, sociedade e desenvolvimento sustentável.

José Henrique Bezerra Mantovani (autor)  
Gustavo Ferreira da Costa Lima (orientador co-autor)

## Resumo

Este trabalho procura investigar as articulações entre a questão ambiental moderna, as políticas públicas e a agricultura familiar. Considerando que disputas entre uma ampla diversidade de concepções sobre a crise ambiental configuram gradualmente a legitimação de uma matriz discursiva oficial do problema, percebemos que, globalmente, o discurso hegemônico sobre a questão ambiental e as possibilidades de seu equacionamento acaba por condicionar os modelos de desenvolvimento e as políticas públicas necessárias à sua realização. Dado que a agricultura familiar se articula e é condicionada diretamente pela questão ambiental e pelas políticas públicas, definimos que a investigação sobre as formas de atuação deste discurso ambiental, via políticas públicas, sob este segmento em particular, constitui objeto fecundo para a realização de nossa análise.

**Palavras-chave:** discurso ambiental; políticas públicas de desenvolvimento e agricultura familiar.

## Introdução

O trabalho aqui apresentado constitui parte integrante de tese de mestrado desenvolvida junto ao Programa Regional de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal da Paraíba PRODEMA/UFPB. Neste artigo, realizamos uma breve reflexão a cerca de eixos trabalhados na pesquisa, essencialmente, a conexão entre a questão ambiental e a edificação de um discurso oficial sob a mesma, a incidência desse discurso no estabelecimento de políticas públicas de desenvolvimento, e suas influências no contexto da agricultura familiar brasileira<sup>1</sup>.

Nas últimas décadas se encontra em curso um movimento de incorporação da temática ambiental em diversos campos de conhecimento e atividades<sup>2</sup>. De um lado encontramos pesquisadores comprometidos com abordagens estruturais sobre a questão ambiental; além de diversificados segmentos sociais que a partir da deflagração da importância material, cultural e ecológica dos recursos

---

<sup>1</sup> A pesquisa desenvolvida na íntegra tendo em vista a obtenção do grau de mestre buscou tecer uma avaliação não só teórica como prática, e apresenta além dos eixos problematizados neste - trabalhados de forma mais ampla e profunda - um estudo de caso. Pesquisa esta, complementar a dimensão teórica aqui esboçada; sendo tal pesquisa complementar fruto do acompanhamento de uma política pública de viés ambiental atuante no contexto da agricultura familiar paraibana.

<sup>2</sup> Este movimento pode ser explicado segundo duas perspectivas: 1.) de que a referida incorporação da temática reflete a preocupação global com uma crise ambiental sem precedentes ocasionada pelo próprio modelo societal depredador de recursos e sucateador de produtos, e que conseqüentemente busca soluções estruturais para a referida crise (DUPAS, 2008), ou 2.) que essa aparente preocupação gradativa com práticas ambientalmente sustentáveis incorporada as agendas empresariais e governamentais se pauta no tratamento da questão ambiental em sua forma de nicho de mercado em processo avançado de cooptação pelo capital.

naturais se mobilizam em prol do desenvolvimento de atividades que incorrem no enfrentamento à lógica massificada do capitalismo. Entre movimentos que se propõem a repensar as relações entre sociedade e natureza através de alternativas contra hegemônicas frente ao contexto sociopolítico, muitos estão direcionados ao desenvolvimento de novos modelos de produção e consumo.

Entretanto, existe outra vertente que pensa o processo de incorporação da questão ambiental apenas como nicho de mercado a ser cooptado pelo capital. Sob pretextos diversos, esta linha hegemônica traz fundamentalmente em seu arcabouço teórico propostas de capitalização da natureza através de um discurso que se propõe aliar desenvolvimento e sustentabilidade, e alcança na atualidade *status* de discurso oficial.

Sob o pano de fundo do antagonismo entre concepções ambientais contra hegemônicas x discursos ambientais fragmentados sobre a questão ecológica, propõem-se discutir como esta segunda vertente se insere na agenda de programas e políticas atuantes na esfera da agricultura familiar. Dado que notadamente no Brasil e na América Latina, é crescente a influência desta tendência na elaboração de programas de políticas públicas, que muitas vezes representam a única via para a manutenção de formas de reprodução social de inúmeras populações rurais. Atentando-se ao fato de que dotadas de uma roupagem verde essas intervenções governamentais manifestam aspectos de instrumentalização e cooptação da temática ambiental aos interesses hegemônicos da economia de mercado (BOURDIEU, 2004). Ações que se expressam por meio de estratégias desenvolvimentistas de adequação a um princípio de crescimento econômico alheio às múltiplas dimensões da sustentabilidade.

A proposta de investigação sobre a agricultura familiar sob o pano de fundo da temática ambiental articulada à emergência de políticas públicas faz-se em decorrência da fundamentalidade desta esfera de (re) produção social. Aliado a dificuldade de efetivação de propostas que conjuguem premissas de desenvolvimento rural à dinâmicas de preservação ambiental. Concomitante a esta discussão, busca-se instigar reflexões acerca da inserção de comunidades em políticas de gestão, que implica na compreensão profunda de dinâmicas sociais no que diz respeito às relações destes grupos com a natureza (BONASSA, 2007).

## **1. O discurso e a questão ambiental:** (ou) o eco das vozes alheias

O destaque atribuído a chamada crise ambiental, e a posterior construção de um amplo debate em torno desta temática, nos remetem à história recente da civilização ocidental<sup>3</sup>. Nesse sentido, pontuaremos momentos flagrantes na história contemporânea acerca da construção social das questões e problemas ambientais, ou seja, a problematização da questão ambiental moderna. Dado que em relação à existência *per se* de problemas ambientais, não podemos contabilizar um período preciso, todavia podemos registrar que essencialmente é a ação social do homem quem produz esses desequilíbrios (LIMA & PORTILHO, 2001).

Sabe-se, portanto que, os desequilíbrios ambientais, sob esta perspectiva, sempre existiram na história da relação do homem com a natureza (independente de que tipo de homem, ou que tipo de sociedade). Porém, a preocupação efetiva com o que usualmente convencionou-se chamar de problemática ambiental é que nos remonta a um período recente; momento em que o debate se acalora por conta das circunstâncias objetivas da intensificação dos impactos socioambientais negativos decorrentes da expansão econômica (LIMA & PORTILHO, 2001, p. 02).

---

<sup>3</sup> É relevante assinalar que desde o século XVII existiam relatos documentados levantando preocupações relacionadas com a preservação ambiental na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil (LOUREIRO, 2003, p.25). No caso brasileiro, de forma mais breve e específica, nos remetemos, e tomamos de exemplo, relatos literários ao longo do século XIX em que vários intelectuais criticavam a destrutividade do sistema colonial português aqui estabelecido, onde de forma pioneira pensavam formas diferenciadas de efetivar o “Projeto Brasil” (PÁDUA, 1997, p.16)

Estas mudanças no lido com problemas que giravam em torno da questão ambiental, inicialmente, agregaram orientações ideológicas advindas das mais diversas matrizes no processo de sua estruturação. Movimentos sociais, organizações ambientalistas, empresas, órgãos governamentais e cientistas das mais diversas orientações, participaram ativamente deste debate nas últimas décadas. Os primeiros, pautados na crítica radical ao sistema socioeconômico e ao padrão civilizacional desenvolveram modalidades de enfrentamento à problemática ambiental; novas tecnologias ambientalmente coerentes e modalidades de agricultura ecológica. Ou seja, uma vasta gama de ferramentas tendo em vista ocasionar mudanças estruturais no sistema econômico e em suas formas de exploração.

Na contramão dessa história outras estratégias de ação, com orientações antagônicas sobre a solução dos problemas ambientais, se desenvolveram no cerne deste debate. Enquanto as questões ambientais ganharam notoriedade na forma de problemática à ser enfrentada, a temática ambiental se tornou objeto de cooptação por parte do sistema político e econômico. Ao passo que fora o próprio sistema político e econômico em questão que acelerou e aprofundou tal crise: dado que o nível atual de degradação ambiental é decorrente das técnicas de produção contemporâneas e da direção dos vetores tecnológicos que sustentam a atual lógica do capital (DUPAS, 2008, p.8). Esta segunda perspectiva apenas agregou à questão ambiental a agenda do capitalismo, tornando-se uma onda ideológica arrasadora; ao passo que o capital se apropriou da questão ambiental e a converteu a seu favor. Pois ao passo que conta com a legitimidade das constatações oficiais de ameaças ambientais, essa corrente de pensamento anula a credibilidade de outras práticas desenvolvidas sob perspectivas diferenciadas.

Pode-se especular que a perspectiva adotada nesta pesquisa, sobre o desenvolvimento de discurso oficial sobre as questões ambientais, é deveras negativa, afinal, na atualidade assistimos um processo de incorporação gradativa da questão ambiental. Fato é que o estudo e a própria relevância da questão ambiental cresce e se expande por meio de investigações e pesquisas, além da tácita penetração nos meios culturais (mídia, educação, serviços). Porém, ao passo que esta se expande, esta inegavelmente se dilui (VIOLA, 1997, p.27). E justamente aí se situa o problema da superficialidade do discurso oficial. O suposto conhecimento sobre a questão dá aparências de consenso, mas na realidade se edifica através de um processo de incompreensão mútua e suspeição (BRULLE, 2000, *apud* HANNIGAN, 2009, p.63). Essa constatação nos faz refletir sobre quais são os atores sociais à frente da questão ambiental, sendo que supostamente esta se configura como uma questão de impacto comum a sociedade.

Em razão de este trabalho buscar a compreensão entre novas modalidades de políticas públicas em relação com a formatação do discurso ambiental oficial, o breve resgate que realizaremos tem em vista analisar o processo histórico da construção social da crise ambiental no intuito de compreendê-la como totalidade em movimento. Dito isso, creio ser fundamental pontuar brevemente um marco simbólico do processo de gênese do discurso ambiental oficial e como a formatação de conceitos relacionados ao desenvolvimento e a sustentabilidade incorreram no direcionamento de políticas para os chamados países em desenvolvimento. Um marco expressivo na história do ambientalismo contemporâneo revela a influência de importantes agências internacionais na inserção de temáticas ambientais na agenda de políticas sociais dos países do até então chamado terceiro mundo. Referimos-nos a elaboração do relatório Brundtland (1988), documento intitulado “Nosso Futuro Comum”, relatório associado à Organização das Nações Unidas (ONU) que reconhece disparidades entre níveis de desenvolvimento das nações, e que preconiza uma política de consenso sobre os moldes e processos deste, inaugurando uma proposta política que articula a avaliação dos avanços dos processos de degradação ambiental à eficácia de políticas ambientais para enfrentá-los (LEFF, 2001, p. 19).

Este momento se torna relevante ao passo que a equação elaborada entre degradação e desenvolvimento situa a questão do crescimento desigual de forma pioneira, mas que pouco incidiu no que tange o enfrentamento da desigualdade estrutural. Sendo assim, as mudanças propostas ao sistema

social serviram apenas para manter a estrutura da organização da exploração. Ou seja, tais mudanças na estrutura acabam sendo moldadas pela própria estrutura (COHEN, 1976, p. 196). Neste sentido, o problema é que a argumentação do relatório Brundtland constrói uma estrutura de apoio científico aos problemas ambientais que os sustentam acima dos outros problemas sociais (YARLEY, 1992, p.117, *apud* HANNIGAN, 2009, p. 141), e não como correlacionados a estes.

Em suas colocações sobre o papel da sociologia ambiental, LIMA & PORTILHO (2001) apontam o problema dos limites da compreensão das questões ambientais, afirmando que é tarefa da sociologia ambiental:

A divulgação e conscientização pública e política sobre a dimensão ambiental de inúmeros problemas sociais que não são concebidos como tal (...). Esses problemas são geralmente tratados de forma fragmentada quando poderiam ser politicamente abordados como componentes de uma demanda ambiental mais ampla (...) (LIMA & PORTILHO, 2001, p. 33).

A compreensão da questão ambiental carece de uma percepção mais profunda dado a sua complexidade. Os modelos cognitivos de construção da natureza, instrumentos da emergência da discussão dos temas que circundam a questão ambiental, acabam por se constituir como fontes de rentabilidade econômica, principalmente através de formas de adaptações de produção e de consumo que acabam apenas por incluir novas demandas por produtos ambientalmente corretos. A cooptação da questão ambiental por parte do poder, que ao mesmo tempo a agrava, incorre no ocultamento da real profundidade e amplitude dessa crise.

O limite de alcance real das práticas ditas sustentáveis promovidas por grandes empreendimentos e por governos nacionais não supre a demanda por mudanças profundas na organização social. O chamado capitalismo verde, além de mercantilizar a questão ambiental, acaba por amortecer as lutas dos movimentos contestatórios através de dinâmicas de *barganha*<sup>4</sup> para com os mesmos. Por meio da inserção parcial de alguns segmentos sociais, efetivada através do reconhecimento jurídico de suas demandas, o poder de estado traveste as dinâmicas de cooptação por uma roupagem de inclusão e reconhecimento social dos agentes, proporcionando-lhes uma falsa noção de participação democrática. Pois apesar de emergência dessas políticas constituírem respostas as reivindicações da sociedade civil, sua atuação se efetiva na perspectiva da manutenção do modelo econômico e social vigente. Considerando que:

A luta ecológica esbarra nas leis que governam o sistema capitalista (...) a lógica ecológica é a negação pura e simples da lógica capitalista; não se pode salvar a terra dentro do quadro do capitalismo (...) não se trata em converter a abominação em beleza, de esconder a miséria, de desodorizar o mau cheiro, de florir as prisões, os bancos as fábricas; não se trata de purificar a sociedade existente, mas de substituí-la (MANSHOLT & MARCUSE, 1973, p.51 e 52, *apud* LOUREIRO, 2003, p. 29).

Os pacotes de desenvolvimento prescritos pelo capitalismo global encontram terreno fértil nos chamados países em desenvolvimento. Nações que em busca do *status* de primeiro mundo pleiteiam seu direito de progredir segundo as leis do capital, mas esbarram na impossibilidade de um crescimento que não seja na forma de um desenvolvimento dependente. As prescrições do pacote do desenvolvimento sustentável se enredam sob tensões fundamentais entre a estagnação econômica

---

<sup>4</sup> Ato de trocar de forma fraudulenta.

global e a crise ambiental que agora convergem para um impasse estrutural. Situação ocasionada pela exploração capitalista que gerou - e que nos últimos vinte anos acelerou - a estagnação dos níveis de miséria e pobreza, além do aumento substancial da concentração de renda conjuntamente a uma crise ambiental sem precedentes (DUPAS, 2008, p.21).

Como nossa intenção com este trabalho é compreender o direcionamento e influência dos pacotes do desenvolvimento, buscaremos estruturar uma reflexão que se fundamenta em trazer tais implicações para um terreno objetivo. Para tanto nos pautaremos em refletir sobre a pretensa expansão dos direitos democráticos encarnados na prescrição de políticas públicas. E para definir de forma mais clara de que maneiras este pacote ideológico atua diretamente na realidade brasileira, iremos nos focar em realizar uma breve análise sobre a situação da categoria representada pela agricultura familiar.

## **2. Sobre as políticas públicas: breves considerações**

Com a abertura política na década de 1980 e através do marco da constituição de 1988; símbolo histórico da vitória do ideário neoliberal no Brasil, as políticas públicas emergem como instrumento de inclusão para grupos de interesses diversos. No papel de ferramenta democrática, estas políticas ampliam o campo de intervenção do estado em questões a cerca do desenvolvimento e melhorias relativas às condições de vida de variados segmentos da sociedade. Incidindo sobre a sociedade principalmente através de programas assistenciais e propostas de organização de grupos que apresentam as mais profundas condições de miserabilidade.

Podemos observar que a atuação destas ferramentas acaba por se fazer cada vez mais presente na conjuntura de muitos dos países da chamada periferia do capitalismo. Esta abordagem de inclusão preconiza o estabelecimento de novas estratégias de desenvolvimento frente à imperiosa necessidade da retomada do crescimento econômico por parte dos países periféricos perante a economia global. Dado que países como o Brasil, que prontamente se aliaram aos pressupostos do capital financeiro internacional no passado na perspectiva de alcançar a tão almejada condição de nação desenvolvida, foram deixados ao livre arbítrio dos mercados e de sua lógica global (DUPAS, 2008, p.21).

Sendo o estado, ente que assume o papel de regulador deste processo, podemos ter melhores dimensões sobre a dinâmica de incidência de políticas públicas em sua formatação atual. Existem duas percepções a cerca do aumento e expansão da oferta de políticas públicas no Brasil; a primeira atribui esta conquista a capacidade de mobilização de segmentos específicos da sociedade civil em torno de suas demandas por direitos democráticos (“de baixo para cima”). Dinâmica na qual o estado apenas conceberia reconhecimento a grupos no intuito de promover a integração institucional destes. A segunda visão pensa a concessão de direitos democráticos como uma antecipação do estado frente à capacidade de reivindicação da sociedade civil; uma delegação de medidas (“de cima para baixo”) que tende a desmobilizar os cidadãos. Pautando-se na percepção de que a organização política estatal tem capacidade de antecipar certas reivindicações da sociedade civil que vão se avolumando; esta, baixa legislações e cria instituições que as vezes as contemplam (DRUMMOND, 1997, p. 19).

Notadamente tornou-se consenso entre críticos e estudiosos do processo democrático brasileiro a segunda acepção a cerca da expansão de políticas públicas e institucionalização das lutas sociais. O que converge para a explicação sobre a dinâmica preponderantemente “de cima para baixo” observada no processo de elaboração e implementação de políticas públicas. Neste sentido, percebe-se que o estado não se reduz a um aparelho da burocracia pública, em que os organismos estatais apenas planejam e programam as políticas públicas agindo meramente como instrumento de planejamento e execução destas (DIÓGENES & RESENDE, 2007). A partir da percepção do papel fenomênico do estado - como ente neutro e supraclassista - frente ao processo de formulação de políticas públicas, propomos uma reflexão sobre quais são os determinantes que fazem tais modalidades de políticas

públicas preferíveis em relação a quaisquer outras. Ou seja, a quem serve realmente? A quais urgências se remetem tais ações?

Para tanto nos atentemos para a atualidade das tensões estruturais entre desenvolvimento x sustentabilidade. Pois, percebe-se na atualidade que perante o agravamento dos níveis de desigualdade e miséria; aparente fruto do fracasso dos países chamados “emergentes” em seus anseios de crescimento econômico, a idéia de desenvolvimento aparece agora alinhada aos pressupostos da sustentabilidade. Isso se dá em conseqüência da constatação de que a crise ambiental constitui-se como segundo elemento dessa equação – junto a estagnação do crescimento modernizante - a cerca das tensões estruturais do capitalismo contemporâneo (OFFE, 1989; CASTEL, 1998; DUPAS, 2008).

Os moldes do desenvolvimento propostos aos países da periferia mundial no passado; através da industrialização e apropriação dos recursos naturais, encontra seu freio na problemática ambiental atual. Conseqüentemente outro modelo substitui o pacote desenvolvimentista proposto pelos grandes centros de poder; esta nova configuração se pauta nas prescrições oficiais sobre o chamado desenvolvimento sustentável. Frente às tensões entre a degradação ambiental, a crise da sociedade do trabalho (OFFE, 1989; CASTEL, 1998), e a conseqüente queda na qualidade de vida e aumento da desigualdade social, as políticas públicas adquiriram uma roupagem balizada pelo discurso dominante a cerca do desenvolvimento que preconiza medidas que acabam servindo como amortecedores dessas tensões.

Ao promover a dinâmica de inclusão de frações de grupos marginais, as políticas públicas com ênfase ambiental acabam por proporcionar soluções conjunturais para problemas estruturais. Pois logo que esta aparenta promover a inclusão de demandas pontuais de grupos de interesses específicos - porém heterogêneos - esta desmobiliza qualquer possibilidade de alcance às benesses efetivamente democráticas. A inclusão insuficiente proporcionada pela atuação destas políticas emerge na forma de políticas de conciliação frente às tensões entre desigualdade *versus* crise ambiental. Este amortecimento ocasionado pela inclusão parcial de alguns segmentos incide no desmantelamento das bases organizacionais de diversas categorias como um todo, isso em troca da viabilização da participação relativa de algumas organizações sociais na esfera do comércio. Proporcionando relativa participação destes na sociedade de consumo. Manobra que se funda no preceito de que:

O cidadão consumidor (contudo) ignora que, ao se minarem as bases organizacionais e econômicas da maioria, se estabelece um modelo delegativo de cima para baixo, com um ilusório senso de cidadania e democracia substantiva (GÓMEZ, 1999, *apud* LOUREIRO, p.83, 2003).

As novas formas de organização e planejamento propostas pelas políticas públicas neste sentido apenas se incubem de suprir novas exigências do processo de globalização econômica. Trazendo novas demandas de desenvolvimento de formas de organização da produção; em nosso contexto atual encarnada na questão da sustentabilidade ambiental.

O exercício de problematizar a natureza da incidência de ações no campo das políticas públicas com prerrogativas de desenvolvimento sustentável se faz no intuito de pensar seus desdobramentos para a agricultura familiar. Tal anseio se dá em função da percepção do potencial desta categoria frente à conjuntura atual. Pois além deste segmento, notadamente heterogêneo, ser dotado de enorme possibilidade de promover expressivas mudanças no já conhecido quadro de exclusão social brasileiro, esta modalidade de organização e produção, detém grande potencial gerador de alternativas econômicas e produtivas associadas a dinâmicas pautadas no equilíbrio ecológico.

### 3. Agricultura familiar e políticas públicas

Podemos observar que partir da década de 1990 ocorre um crescente interesse pela agricultura familiar no Brasil. Este interesse se materializa, objetivamente por parte do estado, através da formulação de políticas públicas e pela própria criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (WANDERLEY, 2001). Contudo, apesar dessa valorização podemos dizer que fora a estruturação da política pública encarnada na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no ano de 1996 e da previdência social rural<sup>5</sup>, que no ano de 1991 incorpora à previdência social o amplo universo de agricultores familiares, autônomos e seus auxiliares familiares, pouco foi feito até então. O que contribui para constatar a negligência histórica do poder público para com o segmento em questão.

Ressaltamos que estes relativos ganhos para a agricultura familiar representaram um importante suporte para o setor, pois em boa medida a inauguração destes programas foram de acordo com as inspirações de sindicatos de trabalhadores rurais e movimentos sociais organizados. Porém, temos de pontuar que a elaboração destes programas de políticas públicas foram fundamentados por formulações conceituais apoiadas em modelos de interpretação de agências multilaterais, como a Food and Agriculture Organization (FAO), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Banco Mundial (OLALDE, 2006). Em via de estabelecer a conexão entre a influência dos grandes centros de poder sobre essas agências, e a influência sob a política nacional para a agricultura familiar, iremos expor e refletir sobre aspectos estruturais das diretrizes do modelo de desenvolvimento apregoado por estes poderes no passado e na atualidade. Pois sabe-se que hoje a situação da agricultura familiar é diferente do contexto da última década, e que atualmente observamos maior quantidade de políticas públicas incidindo sobre essa atividade, no entanto, priorizando focos aparentemente antagônicos. De acordo com Olalde (2006) em suas considerações sobre vertentes de planejamento produtivo no contexto nacional, estabelecesse uma diferenciação fundamental sobre as modalidades de exploração na agricultura. Ela afirma que existem duas perspectivas para o campo no Brasil;

O primeiro é um enfoque setorial, cuja preocupação central está na expansão da produção e da produtividade agropecuária, na incorporação de tecnologia e na competitividade do chamado agronegócio. Este enfoque se articula em torno dos interesses empresariais dos diversos segmentos que compõem o agronegócio e está claramente representado no Ministério da Agricultura. Em contraposição, o segundo enfoque enfatiza os aspectos sociais e ambientais do processo de desenvolvimento, de acordo com o que vem se denominando a sustentabilidade do desenvolvimento rural, que procura equilibrar a dimensão econômica, social e ambiental do desenvolvimento (OLALDE, 2006, p.78).

A modalidade representada pela agricultura familiar se inclina indubitavelmente a segunda vertente apontada pela pesquisadora. Porém, vale lembrar que um dos principais enfoques na atribuição de crédito rural – principal ferramenta voltada para o pequeno produtor - se pauta na promoção de pacotes que visam a transformação da produção dos pequenos produtores em uma configuração chamada de agronegócio<sup>6</sup>, que muito se assemelha ao enfoque empresarial supracitado.

---

<sup>5</sup> A Constituição de 1988, complementada pelas Leis 8.212 (Plano de Custeio) e 8.213 (Planos de Benefícios), de 1991, passou a prever o acesso universal de idosos e inválidos de ambos os sexos do setor rural à previdência social, em regime especial, no valor de 1 (hum) salário-mínimo nacional, desde que comprovem a situação de produtor, parceiro, meeiro e os arrendatários rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes (v. Constituição Federal, 1988, art. 195, § 8º).

<sup>6</sup> Modalidade produtiva que se utiliza dos preceitos do Agronegócio em espaços de escala reduzida.

Uma afirmação que podemos fazer sobre a incidência de políticas públicas sob o contexto da agricultura familiar no Brasil é que em relação ao desenvolvimento das duas vertentes de exploração produtiva, ambas apontam na direção de um desenvolvimento via modernização; seja em sua formatação como *agrobusiness*<sup>7</sup> ou em seu viés ecológico. Portanto, por conta das políticas públicas atuarem principalmente no âmbito da aceleração da modernização das propriedades familiares (GRISA & WESZ JÚNIOR, 2010), é necessário se atentar à dinâmica de disposição de recursos financiados pelo estado e os respectivos sistemas de produção propostos à agricultura familiar.

O enfoque que pretendemos utilizar neste artigo diz respeito às limitações das políticas públicas em relação ao desenvolvimento de uma agricultura sustentável de base familiar. Mesmo esta constituindo uma vertente forte atualmente no planejamento da agricultura brasileira, nota-se que o êxito almejado por essas ações se pauta principalmente em promover a inserção de pequenos produtores rurais em redes de comércio. A atuação dessas ações estabelece ditames que divergem da ótica do agronegócio dominante; em relação principalmente a “o quê” plantar e “como” plantar. Porém, estas premissas não são suficientes frente a proposta sistemática de formas locais de desenvolvimento da agricultura ecológica. Observemos por exemplo o atual plano do PRONAF na modalidade conhecida como “Mais Alimento”, programa diferenciado que dá suporte para o cultivo de gêneros alimentícios, o que aparentemente representa um importante avanço. Porém, em sua forma de concessão de crédito por produto (não incentivando o cultivo de uma pluralidade de gêneros alimentícios) este contraria a dinâmica da própria agricultura familiar, cuja reprodução está assentada em um sistema de policultura e em múltiplas atividades agrícolas e não agrícolas. Ou seja, ao passo que o financiamento delega cultivos específicos, o crédito estimula a especialização produtiva (GRISA & WESZ JÚNIOR, 2010).

A partir deste exemplo podemos perceber a insuficiência da proposição de tais medidas, pois no momento em que se esboça um programa mais coerente com a produção dos pequenos agricultores, mina-se a base das relações ecológicas desta produção. Ao passo que pequeno produtor adquire condição de escoar a sua produção este deixa de realizar cultivos culturalmente importantes em troca de uma inclusão parcial em redes de comércio e mercados consumidores. Se inserindo por meio da venda de alguns poucos gêneros alimentícios, que muitas vezes não faziam parte de sua pequena produção, mas que em decorrência de estarem em alta no novo nicho de mercado monopoliza sua produção e mina as bases da prática do policultivo; traço característico da modalidade.

Um das críticas mais veementes que se fazem à dimensão da agricultura no Brasil, é que esta se pauta no modelo baseado nos monocultivos e na produção agropecuária voltada para a exportação de produtos primários em detrimento da ocupação de terras agricultáveis para o desenvolvimento de culturas de produção alimentar e conseqüente consumo interno. Perante a esta crítica muitas das políticas públicas acabam por funcionar como instrumentos de ações compensatórias, no intuito aparente de proporcionar ao pequeno produtor a possibilidade de integração às redes de comércio, seja via investimento no agronegócio, ou na pretensa agricultura ecológica.

## **Considerações Finais**

A busca de novos conceitos e ferramentas no intuito de ecologizar a economia (LEFF, 2001, p. 18.) eliminando as contradições entre crescimento econômico x preservação da natureza, pressupõem a eliminação das contradições essenciais do capitalismo. A reflexão desprovida de questionamentos estruturais sob os problemas da insustentabilidade de nosso modelo socioeconômico se efetiva unicamente através de iniciativas fragmentadas; desprovidas de motivações de mudanças profundas na relação sociedade x natureza.

---

<sup>7</sup> Termo em inglês para Agronegócio: caracterizado pela produção em larga escala predominantemente exportadora.



As mudanças propostas pelo sistema político econômico, através da atuação de grandes agências multilaterais em relação a crise ambiental contemporânea, se efetuam em razão do fomento de estratégias de convivência entre estes. Portanto não se trata da resolução da contradição mencionada, mas sim de um processo gradativo de capitalização da natureza. Dinâmica centrada em capturar e incluir à natureza por meio dos discursos do desenvolvimento sustentável uma visão da sociedade da opulência centrada na escassez, no esgotamento dos recursos naturais e na busca insaciável de novas fontes de consumo (DUPAS, 2008, p.18).

As alternativas colocadas pelas agências comprometidas com o discurso oficial forjam propostas de sustentabilidade sob bases pontuais extremamente frágeis. Contudo, em razão de serem porta-vozes legítimos do conhecimento estas agências têm o poder de transmutar o pensamento ecológico, em sua forma crítica, em mais uma ferramenta capitalista, submetendo concepções sobre a questão ambiental em sua forma contra hegemônica aos ditames da globalização econômica e do desenvolvimento dependente. Sendo assim, a atuação do capital converte a ação de aspirações ambientais em mais uma ferramenta, pois sem a devida capacidade crítica e política, esta perde o seu efeito transformador; por mais ricas que sejam suas propostas filosóficas e práticas (LOUREIRO, 2003, p.21).

Pontuamos nesta etapa, considerações sobre os eixos investigados; reflexões acerca da incapacidade do capitalismo em reproduzir nos países periféricos experiências bem sucedidas de desenvolvimento. A desigualdade nos níveis de desenvolvimento entre nações se funda na condição fundamental de que a riqueza de uma se faz sobre a miséria de outras, e constatamos, portanto a natureza ideológica dos pacotes de desenvolvimento prescritos no passado e no presente. O que nos coloca a questão de que pensar em desenvolvimento sustentável passa a estar em desencontro com os modelos adotados pelas economias dos países industrializados (REDE T.A./SUL, 2009, p.175).

As estratégias preconizadas pelo discurso ambiental oficial conjugam medidas em favor do crescimento econômico através da proposição de um progresso técnico capaz de administrar recursos materiais, porém sem restringir os ritmos da acumulação capitalista. O mercado é apresentado, portanto, como o ambiente institucional mais favorável à consideração da natureza como capital (ACSELRAD; LEROY, 1999, p. 24). A partir de determinações que pontuam a insuficiência do discurso oficial em sua atuação sobre a crise ambiental consideramos que esta abordagem preconiza a concepção de desenvolvimento sustentável como um ambientalismo de livre mercado. Devemos, por fim, nos atentar às diferentes concepções existentes a cerca dos conceitos construídos em torno de questões relativas ao desenvolvimento e a sustentabilidade, pois estas estão ancoradas em diferentes matrizes teóricas que informam a intenção de efetivar distintos projetos políticos.

Buscamos, por fim, efetuar uma contribuição crítica sob a expansão na oferta de políticas públicas e suas perspectivas instrumentais no cenário brasileiro ocasionado pela institucionalização de fragmentos de distintas organizações sociais. Nosso foco sob a categoria representada pela agricultura familiar no Brasil se dá no intuito de refletir sobre a incidência das políticas públicas voltadas à este setor da agricultura. E pontuamos que esta se vale da aparente dinâmica de inclusão com a finalidade de amortecer demandas de um dos segmentos de maior potencialidade de mudanças frente às relações de dominação e desigualdade social no Brasil. Sendo assim, as políticas públicas caracterizam-se por sua insuficiência dado a necessidade de ferramentas que atuem sob a dimensão estrutural dos problemas da crise ambiental aliado à questões sociais que se colocam na atualidade. Concluimos, portanto que a simples prescrição de ajustamentos institucionais, produtivos e organizacionais balizados por um discurso tendencioso não contemplam a abrangência que a questão ambiental prescreve.

## Referenciais Bibliográficos

ACSELRAD, H.; LEROY, J.P. **Novas premissas da sustentabilidade democrática**. Rio de Janeiro: FASE, 1999.

BONASSA, Tânia Luíza: Estrada do colono: conflito socioambiental e representações da natureza nas práticas discursivas. *In: Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas*. (Org.) Alfio Brandenburg. Brasília: MDA, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DRUMMOND, José Augusto. A visão conservacionista (1920 – 1970). *In: Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro/* (Org.) Enrique Svirsky & João Paulo R. Capobianco. São Paulo: Instituto Socioambiental; Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.

COHEN, Percy. **Teoria social moderna**. Trad. Christiano M. Oiticica. Rio de Janeiro, Ed. Zahar. 1976.

DUPAS, Gilberto. **Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais**. (Org.) Gilberto Dupas, São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

GRISA, Cátia & JUNIOR WESZ, Valdemar: **Políticas públicas para a agricultura familiar: entre avanços e desafios**. *In: Revista eletrônica do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura*, Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, nº33 - maio 2010.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental**; tradução de Annahid Burnett. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa & PORTILHO, Fátima: **A sociologia ambiental no contexto acadêmico norte-americano: formação, dilemas e perspectivas**. *Teoria & Sociedade*, nº 7, Belo Horizonte: UFMG, 2001.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. (Org.) Carlos Frederico B. Loureiro. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

OFFE, C. **Trabalho: a categoria-chave da sociologia?** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 10, vol. 4, jun 1989, p. 5-18.

OLALDE, Alicia Ruiz. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>> Acesso em 25 jun.2011.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional: nascimento do ambientalismo brasileiro (1820 – 1920). *In: Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro./* (Org.) Enrique Svirsky & João

Paulo R. Capobianco. São Paulo: Instituto Socioambiental; Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.

REDE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS/SUL. Interconectando idéias e ideais na construção da agricultura do futuro. *In: **Reconstruindo a agricultura:** idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável./* (Org.) Jalcione Almeida e Zander Navarro. 3 ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

VIOLA, Eduardo. Confronto e legitimação. *In: **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro/*** (Org.) Enrique Svirsky & João Paulo R. Capobianco. São Paulo; Instituto Socioambiental; Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.

WANDERLEY, N. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** *In: TEDESCO* (Org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo- RS: UPF, 2001, 405 p.

ZIMMERMANN, Clóvis. **A previdência rural brasileira no contexto das políticas públicas.** *In: Revista Espaço Acadêmico: Maringá, ano IV, número 48/maio de 2005.*